

## **Preto, pardo, branco e lilás – o jornalismo como profissão no Brasil**

*Isabel Clavelin<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Este texto é extrato de reflexões em curso em pesquisa de doutorado, que tem como propósito investigar o jornalismo como profissão, no Brasil, a partir das dimensões de raça e gênero, por meio de práticas discursivas de negros e brancos, homens e mulheres. Tomando por base histórias de profissionais registradas em entrevistas, artigos e crônicas, pretende-se verificar a caracterização das relações e das condições de trabalho focalizadas em assimetrias decorrentes do racismo e das desigualdades de gênero e nas estratégias de superação, manifestas pela inserção profissional e pelas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais no país.

### **Abstract**

This text is a summary of ongoing reflections on doctoral research, which has as its purpose to investigate journalism as a profession, in Brazil, from the dimensions of race and gender through discursive practices of blacks and whites, men and women. Based on stories recorded in professional interviews, articles and essays, intended to verify the characterization of the relations and conditions of work focused on asymmetries arising from racism and gender inequalities and strategies for overcoming, manifested by employability and the socioeconomic changes, political and cultural issues in the country.

Embora homens e mulheres afrodescendentes somem 50,7%<sup>2</sup> da população brasileira, a presença em profissões, a ocupação de postos de trabalho de maior relevância e o topo da pirâmide salarial continuam a ser uma expressão das desigualdades. São reflexos de hierarquizações que asseguram posições de poder e reconhecimento a homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, respectivamente. Apesar do progressivo ingresso de mulheres desde a década

---

<sup>1</sup> Doutoranda de Comunicação da UNB e professora da UCB.

<sup>2</sup> Dados do Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 out 2011.

1970 (NEVEU, 2006) no jornalismo (ROSSI, 1994), evidências empíricas apontam que esta profissão apresenta facetas semelhantes de gênero e raça às configuradas por outras atividades: dificuldades de manutenção e ascensão profissional, remuneração não condizente com a função desempenhada, disparidade na cadeia de oportunidades para desenvolvimento da carreira, desvalorização da identidade de gênero e raça, baixo reconhecimento profissional, condições desiguais de acesso aos espaços de poder e decisão, assédio moral e sexual.

Considerando esses elementos, são aqui formuladas algumas questões para conformar o problema da pesquisa proposta, a fim de estabelecer a relação entre jornalismo, gênero e raça no Brasil. Como mulheres e homens; negros e brancos vêm ocupando o espaço do jornalismo como profissão? Num país marcado pelo racismo e sexismo no sentido de acesso a direitos, ruptura de barreiras que impedem a dinâmica equilibrada no mercado de trabalho, até que ponto o jornalismo como profissão foi afetado pelas movimentações acerca do reposicionamento de agentes sociais e políticos acerca das questões de combate ao racismo e ao sexismo? Isso teria ocasionado algum tipo de influência no produto do trabalho, em especial notícias e reportagens? Houve alterações nas relações de trabalho de modo a configurar novos parâmetros para o jornalismo como profissão?

Quando em relevo a dimensão de gênero, verifica-se como consolidada a presença das mulheres (54,4%) entre os jornalistas formalmente empregados no Brasil, segundo os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), em 2008. Em artigo publicado na revista *Imprensa*, o jornalista Flávio Carrança registrava, no ano de 2001, as desigualdades raciais existentes nas redações de jornais, revistas, rádio e televisão em todo o país. Dos 5.000 questionários enviados para as redações pela revista *Imprensa*, apenas 230 responderam sobre a presença de jornalistas negros ou negras em seus quadros. Deste total, 36% confirmaram ter jornalistas afrodescendentes e 1,6% afirmaram ter profissionais negros ou negras em cargos de chefia ou de maior visibilidade.

No ano de 2004, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul encomendou pesquisa para traçar o perfil racial na representação da imprensa televisiva do estado naquele ano (WINTER, 2005). Entre os diplomados no Curso de Comunicação, Jornalismo e Informação foram contabilizados 6.686 brancos, 258 negros

e 33 amarelos, indígenas ou sem declaração de cor. Em pesquisa nacional realizada para aferir a participação dos negros na TV Pública, Araújo (2010) constatou a presença de 93,3% de jornalistas eurodescendentes contra 5,5% de afrodescendentes, seguidos de 1,2% de indiodescendentes.

Esse panorama demonstra que a representatividade dos grupos de negros e mulheres na sociedade brasileira e a ocupação de postos de trabalho e de tomada de decisão apresentam-se como elementos para melhor compreensão do jornalismo como profissão no país. Desse modo, ganha relevância a busca pelo entendimento acerca das imbricações entre gênero e raça, sobretudo, na influência ou não que tais identidades (HALL, 2006) dos profissionais podem implicar na gestão individual da carreira, na cultura organizacional (WHITE, 1999; TRAQUINA, 2005), nas relações de trabalho cotidianas e nas rotinas produtivas do jornalismo (ADGHIRNI, 2002; LEITÃO, 2002; JORGE, 2006). Soma-se, ainda, ao escopo desta proposta de pesquisa científica a perspectiva de empoderamento que consiste na conquista de espaços de expressão, decisão e participação ativa nas redações, no fazer jornalístico e nas relações interpessoais entre jornalistas negros e brancos; jornalistas homens e mulheres.

Em abril de 2013, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, em convênio com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), divulgou a pesquisa acadêmica “Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país”<sup>3</sup>, com apoio do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPI) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Enquete aplicada com 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior, com participação espontânea no período de 25 de setembro a 18 de novembro de 2012, aponta que de 145 mil jornalistas, 23% são negros (5% pretos e 18% pardos), 72% brancos, 64% mulheres e 36% homens. A síntese revela composição majoritária da categoria de mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos, perfazendo 48%. Nove em cada dez jornalistas são diplomados (98%), grande parte em universidades particulares (61,2%), e quatro em cada dez têm curso de pós-graduação (40,4%). De acordo com os dados, 25% dos profissionais se alinhavam à ideologia política de esquerda, 30% sem preferência e 4% de direita. Um em cada três (19,9%) já integrou movimentos sociais, associações ou organizações. Três em cada quatro

---

<sup>3</sup> Disponível em <<http://perfildojornalista.ufsc.br>> Acesso em 23 abr 2013.

jornalistas (75%) estão registrados no Ministério do Trabalho e Emprego – apenas um em cada quatro não havia tido experiência de estágio. Três quartos (75,6%) trabalha como jornalista, sendo que 59,9% recebem até cinco salários mínimos (R\$ 3.390,00) e quase metade (45,1%) trabalha mais de oito horas diárias – embora a jornada regulamentada seja de cinco horas.

Conforme a pesquisa, “as mulheres jornalistas mais jovens, ganhavam menos que os homens; era maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco mínimos”. Sobre as condições de trabalho, cinco jornalistas (45,8%) atuam, em média, na mídia. Desses, quatro entre dez residem ou trabalham em São Paulo – grande parte contratados com carteira assinada. Dentre os suportes, estão assim distribuídos: impressos (63,9%), internet (44,6), TV, rádio ou cinema (33,6%) e outras mídias (20,5%). Em sua maioria, atuam no setor privado (83,2%) em empresas de grande porte (46,6%). Com opção de múltipla escolha, assim demonstram sua alocação: reportagem (84,3%), redação (83,1%), produção de pautas (70,6%), edição (67,9%), fotografia (35,4%) e outras (71,1%).

Esse panorama demonstra que a representatividade dos grupos de negros e mulheres na sociedade brasileira e a ocupação de postos de trabalho e de tomada de decisão apresentam-se como elementos para melhor compreensão do jornalismo como profissão no país. Desse modo, ganha relevância a busca pelo entendimento acerca das imbricações entre raça e gênero, sobretudo, na influência ou não que tais identidades (HALL, 2006) dos profissionais podem implicar na gestão individual da carreira, na cultura organizacional (WHITE, 1999; TRAQUINA, 2005), nas relações de trabalho cotidianas e nas rotinas produtivas do jornalismo (ADGHIRNI, 2002; LEITÃO, 2002; JORGE, 2006). Soma-se, ainda, ao escopo desta proposta de pesquisa científica a perspectiva de empoderamento que consiste na conquista de espaços de expressão, decisão e participação ativa nas redações, no fazer jornalístico e nas relações interpessoais entre jornalistas negros e brancos; jornalistas homens e mulheres.

Organizadores do Prêmio Abdias do Nascimento, que evoca a igualdade racial como pauta digna de distinção na categoria, avaliam que “a reduzida presença de jornalistas negros e negras nas redações indica uma estrutura ocupacional pouco plural e favorece a invisibilização das demandas da população negra, bem como a visão

estereotipada desses grupos”<sup>4</sup>. Posicionamento semelhante foi verbalizado pelo primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, quando da sua participação como convidado de congresso da ONU sobre o Dia Mundial da Imprensa, realizado em maio, na Costa Rica. Em Inglês, Barbosa criticou a concentração de mídia no Brasil e a ideologia direitista e conservadora de que ela faz parte<sup>5</sup>: "agora o Brasil só tem três jornais nacionais, todos mais ou menos se alinham à direita no campo das ideias". E foi contundente ao acusar a baixa representatividade negra nas redações: "Como muitos aqui devem saber, no Brasil, negros e mulatos compõem 50% a 51% do total da população, de acordo com o último censo de 2010".

Como prática social e profissão, o jornalismo pode ser entendido como um campo de confluência ambivalente para os seus profissionais como agentes produtores e disseminadores da realidade social, baseada na produção das notícias, e como indivíduos detentores de identidade e valores. É conveniente acrescentar a esses componentes a peculiaridade da imprensa, a qual, assim como outras instituições sociais, está inserida numa teia de relações, interesses e conflitos ideológicos, políticos, econômicos e culturais (ANSART, 1978). De acordo com Pierre Bourdieu (1997, p.52-55), a atividade jornalística está no centro de disputas e interesses sociopolíticos e culturais por ser um “microcosmo”, caracterizado por “fortes tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade”. É, portanto, definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos.

Na distinção entre a instituição imprensa e o papel dos profissionais, há uma relação simbiótica e colaborativa entre as partes para a manutenção do *status quo*, em geral, por ambos pertencerem ao mesmo campo de forças. Em geral, os profissionais são oriundos das camadas do poder predominante e a instituição é intrinsecamente interessada na preservação do poder. Nesse sentido, o fato de ambos, em geral,

---

<sup>4</sup> Posicionamento constante do texto “A questão negra e o jornalismo” publicado, em 12 de junho de 2012, no portal de divulgação do Prêmio Abdias do Nascimento 2012. Disponível em <[WWW.premioabdiasnascimento.org.br/w/questao-negra-midia2013](http://WWW.premioabdiasnascimento.org.br/w/questao-negra-midia2013)> Acesso em 21 mai 2013.

<sup>5</sup> Com ampla repercussão no Brasil, a crítica foi noticiada pelos principais jornais nacionais, em 3 de maio de 2013, entre eles O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-barbosa-maiores-jornais-do-brasil-sao-direitistas,1028204,0.htm>> Acesso em 30 mai 2013.

pertencerem à mesma zona de influência reduziria as possibilidades de conflitos internos sobre o modo de fazer jornalístico.

Em entrevista ao programa Espelho, apresentado pelo ator negro Lázaro Ramos no Canal Brasil, a jornalista negra Flávia Oliveira<sup>6</sup> – colunista de Economia do jornal O Globo e comentarista do programa Studio I da Globonews, revelou uma prática muito comum quando da escolha profissional de uma pessoa negra. Ao optarem pelos cursos considerados de elite, jovens negras e negros são persuadidos a investir em carreiras com menos prestígio, como licenciaturas e administrativas. Pela condição de estruturadores da dinâmica social e das relações entre indivíduos, o racismo e o sexismo – independente do período e da maneira em que vão se manifestar – acompanham a existência de cada pessoa e atuam em todos os campos de sua vida.

“Meu vizinho, que gostava muito de mim, disse que seria mais fácil eu ser contadora ou secretária, quando falei que eu queria ser jornalista. (...) O jornalismo me levou a lugares que jamais havia imaginado, como a China e a África do Sul. É da minha profissão que tiro o meu sustento e da minha filha”.

O relato da jornalista negra Flávia Oliveira muito provavelmente não é a primeira e nem será a única referência da perversa combinação entre racismo e sexismo de sua vida. Por ser uma mulher negra, sua trajetória de vida – mesmo aquela projetada pelas pessoas que têm estima por ela, a exemplo de seu vizinho – está naturalizada de maneira subalterna e inferiorizada – ela até poderia ser uma contadora, secretária-executiva ou administradora, mas não poderia ousar ser uma jornalista que, todos os dias, poderia escrever num jornal, trabalhar numa rádio ou TV. Ou seja, qualquer tentativa de decidir sobre o curso de sua história pessoal, numa perspectiva de raça e gênero, era vista como uma excepcionalidade que, num sistema racista e sexista, não viria a se concretizar, inclusive, quando feitos esforços descomunais de investimentos na sua preparação, aquisição de conhecimento e domínio das técnicas jornalísticas.

Trazida para o campo das relações raciais e de gênero, no Brasil (RIBEIRO, 1999; ORTIZ, 2003), essa paleta cromática – preto, pardo, branco e lilás - expressa a

---

<sup>6</sup> Entrevista veiculada pelo Canal Brasil. Disponível em <<http://globoTV.globo.com/canal-brasil/espelho/v/flavia-oliveira-conta-da-complicada-fase-de-escolha-da-carreira/1963984/>>. Acesso em 25 out 2013.

luta pelo existir, poder, participar, falar e ser escutado, desencadeada pelo movimento negro e pelas organizações feministas e de mulheres. Reivindicações que se alicerçam na busca de igualdade de condições e de oportunidades e desconcentração de poder e privilégios ao polo hegemônico de forças, aqui, expresso pelo branco. Assim mesmo, no masculino, beneficiário das estruturas racista (LEIRIS, 1960; LÉVI-STRAUSS, 1960; LITTLE, 1960; FERNANDES, 1964; SARTRE, 1968;) e sexista/patriarcal (GONZALEZ, 1982; BAIRROS, 1995; PATEMAN, 1999; CARNEIRO 2003) que fundamentam sistemas de desigualdades e discriminações nos mais variados campos das relações humanas, da vida social, da organização política, dos modelos econômicos e de visões de mundo predominantes.

Por tal abrangência, proponho pensar as dimensões raciais e de gênero no jornalismo brasileiro, a fim de depurar as manifestações de tais ideologias no dia a dia de trabalhadoras e trabalhadores, nas relações de trabalho em redações e no contato com as fontes e, especialmente, na revelação da identidade profissional por tais aspectos esparsamente abordados em breves relatos, entrevistas, livros de memória ou artigos. Conduz pesquisa de doutorado em curso no Departamento de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília, a qual se volta à coleta e análise de produções discursivas de jornalistas - negros e brancos, mulheres e homens -, sobre o exercício da profissão no Brasil sob perspectivas da ação do racismo e de sua operação com o sexismo, bem como as estratégias de superação empreendidas por trabalhadoras e trabalhadores.

São os chamados entremeios e vários tipos de real nomeados por Michel Pêcheux em seu clássico *O discurso*. Porém, para depreendê-los e depurá-los é imperativo romper tendências de leitura que escamoteiam o racismo e o sexismo, as quais preferem negá-los ou omiti-los projetando falsa realidade sobre o trabalho de jornalistas – negros e brancos, mulheres e homens. Nas palavras de Eni Orlandi, é o **“desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito”** (Pêcheux, 1990, p. 7). É mister enfrentar as ideologias racista e patriarcal que distorcem visões, inclusive científicas, e impossibilitam a identificação de objetos de pesquisa e práticas, como as profissionais aqui dedicadas, por estarem arraigadas em iniquidades.

Valendo-me do pensamento de Pêcheux (1990), entendo que os elementos aqui mencionados, de profundo interesse acadêmico, estão em constante produção, tendo em

vista que “não descobrimos, pois, **o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra**” (P, 1990, p. 29). Contudo, esta aproximação depende da ruptura de preconceitos epistemicidas e da valorização de saberes e conhecimentos do chamado Sul, sobretudo os legados de origem africana e indígena.

No esforço de refletir sobre o jornalismo como profissão no Brasil, incluindo questões pouco abordadas, este estudo percebe vozes ora dispersas e fragmentadas, que compõem formações discursivas reveladoras de peculiar identidade profissional de jornalistas pelo prisma racial e de gênero. Considera que jornalistas estão dispostos num período histórico e, ao se manifestarem sobre suas vivências, contribuem para a análise das variações do real incidente sobre as experiências vividas. Desse modo, a identificação, coleta e análise de objetos discursivos pode se contrapor ao discurso hegemônico sobre a atividade jornalística, ampliando o espaço discursivo jornalístico no país.

Desde a fundação do Brasil (RIBEIRO, 1999; ORTIZ, 2003), o racismo (LEIRIS, 1960; LÉVI-STRAUSS, 1960; LITTLE, 1960; FERNANDES, 1964; SARTRE, 1968) e o sexismo (GONZALEZ, 1982; BAIROS, 1995; CARNEIRO 2003) se constituem como vetores de exclusão, segregação, violência e discriminação da vida social, política, econômica e cultural, atingindo, de maneira diferente, negros, indígenas e brancos (IANNI, 1978; MOURA, 1989); homens e mulheres. Transpostas para o mercado de trabalho, as dimensões de gênero e raça condicionam e limitam - historicamente até os dias atuais - a ocupação de postos de trabalho (ANDREWS, 1998; HASENBALG, 2005).

Jornalista negro com notável trabalho investigativo, assassinado num dos crimes mais emblemáticos contra a atividade jornalística no país, Tim Lopes denunciou o racismo existente na imprensa.

Não existe, em qualquer redação de jornal, um só repórter negro, multado, moreno claro ou cafuzo – todos negros no sangue, embora alguns sem o menor orgulho de pertencerem à raça – que, por trás da máscara da simpatia, não tenha sido, um dia, objeto de brincadeira debochada e, acima de tudo, discriminatória, com relação à etnia, pelos colegas branquinhos. (LOPES, 1990, p.12).

No texto, ele recorre a diversos jornalistas – homens e mulheres negras – para documentar as ocorrências de racismo promovido por colegas de trabalho, empresas jornalísticas e fontes. Cita o deputado federal e jornalista negro Carlos Alberto de Oliveira (Caó), autor de lei que criminaliza o racismo, para quem a cor negra classifica a pessoa pelo seu tipo físico e traços negroides ao mesmo tempo que a desclassifica no mercado de trabalho. Tim Lopes repudia apelidos, piadas e expressões como ‘criolo não é notícia, a não ser Pelé’ e ‘isso é coisa de negro’ ao mesmo tempo em que solidariza com a jornalista negra Salete Lisboa, então do jornal O Dia, que não se calou diante de discriminação racial conjugada com assédio moral por parte de sua chefia.

No texto “Cadáver de preto”, o jornalista branco Nelson Rodrigues recorda que “certa vez, entrei na redação e vi o secretário esbravejante” devido à produção do fotógrafo ater-se em demasia no registro do corpo morto de um homem negro, vítima de enchente em Petrópolis, o que provocou cena de discriminação racial e assédio moral.

(...) o secretário sapateou em transe mediúnico. Esfregava a fotografia na cara do outro – “Este jornal não publica cadáver de preto”. Virava para os redatores e uivava: - “Cadáver de preto”. Assim humilhado e assim ofendido, o fotógrafo percebida a enormidade da própria gafe. Note-se que era preto como o morto. Mas no fundo, no fundo, ele próprio dava razão ao chefe. E, por fim, o secretário foi, de mesa em mesa, exibindo as fotografias. Uma delas, justamente a que mais o horrorizava, era de um preto gordo, de papada e olhos abertos. Uma viga desabara sobre o desgraçado, abrindo-lhe o crânio. Cada redator olhou aquilo e houve um escândalo racial como se defunto negro, pelo fato de ser negro, fosse obscuro. A indignidade final foi a suspensão do fotógrafo. Pode parecer episódio solitário, irrelevante. Em absoluto. Foi assim em todas as épocas da nossa imprensa. As velhas gerações não comprometiam as suas primeiras páginas com um cadáver de “cor parda”. O morto branco saía. (RODRIGUES, 1970, p.197).

Ao mencionar a conversa com Luís Carlos de Oliveira, diretor do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, Tim Lopes considera que a proliferação de faculdades de jornalismo, na década de 1970, ampliou obstáculos na atividade jornalística para homens e mulheres negras.

Na realidade, esse afunilamento ajudou na discriminação, pela falta de condições para estudar, que marca a raça negra. Ela sempre encontrou dificuldade para se formar e, assim, disputar o mercado de trabalho. (LOPES, 1990, p. 13).

Ele buscou estudo do historiador Nelson Werneck Sodré, o qual apontou que a imprensa reflete o racismo da sociedade brasileira e o nome de jornalistas negros, entre os quais José do Patrocínio, Paulo Barreto e Irineu Marinho, Tim Lopes sentencia que a discriminação racial “velada” existente nas redações atinge exagero nas próprias manchetes, como uma observada no jornal Folha de S. Paulo: “Polícia pega prefeito negro de Washington com droga em festa”.

Ao estudar a cobertura das notícias sobre a temática racial, Teun van Dijk (1997) observou um fenômeno a que denominou racismo mediatizado. Ele percebeu uma espécie de pacto ou contrato entre os interesses da imprensa - no caso dos jornais -, e dos jornalistas, uma vez que “la mayoría de los periodistas de nuestro mundo occidental son blancos, hombres y de clase media; pertenecen a grupos sociales que están representados en su ideología y prácticas sociopolíticas, lo cual se refleja cuando elaboran las noticias”. Da perspectiva da dimensão racial, o debate interno sobre o racismo e as estratégias para o seu enfrentamento, inclusive no interior das empresas jornalísticas, estaria, no mínimo, adormecido face às realidades e interesses dos grupos envolvidos no *newsmaking*.

Na dissertação “Racismo em Pauta: a pluralidade confrontada no noticiário do jornal Folha de S. Paulo na década de 2000” (ROSA, 2011), defendida por mim neste Programa de Pós-Graduação, foi constatada que a temática racial negra está presente no jornal, o qual vem desde 1988 (CARDOSO, 1990; GUIMARÃES, 2004), 1995 (TURRA E VENTURI, 1995; CONCEIÇÃO, 2004), 2001 (IRACI E SANEMATSU, 2002), 2003 e 2008 dedicando atenção à problemática do racismo e inclusive redirecionando a sua cobertura e entendimento interno: de “racismo cordial” para “racismo confrontado”. Entretanto, o “calcanhar de Aquiles” da Folha de S. Paulo tem sido a efetivação do princípio da pluralidade, pois a aferição da pluralidade de vozes entrevistadas, classificação das fontes e recorte de gênero das fontes entrevistadas exibem a participação de setores específicos da sociedade e alijamento de outros

também estratégicos e fundamentais para a oxigenação do espaço público (RIBEIRO, 2004; ARENDT, 2006; SILVA, 2006; BUCCI, 2008).

Em detrimento de uma linha editorial regida pela pluralidade, a cobertura noticiosa da Folha de S. Paulo estudada interdita vozes e esvazia o poder destas nas disputas travadas no espaço público. Provavelmente, tal prática se apresentaria de maneira semelhante quando feita a análise isolada da dimensão de gênero, de temas relacionados ao sexismo e ao seu enfrentamento, e do trabalho jornalístico de homens e mulheres. Naquela ocasião, quando da categorização dos produtores das notícias por gênero – a partir da identificação dos nomes femininos e masculinos nas matérias assinadas - surgiram dúvidas a respeito da influência ou não da identidade de gênero no *newsmaking* (WHITE, 1999).

Parte dessas questões aparece nas entrevistas por mim realizadas durante o processo de preparação do curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. O substrato das entrevistas que fiz com as jornalistas Eliane Cantanhede (colunista da Folha de S. Paulo), Tereza Cruvinel (à época diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação), Maria Honda (produtora da Rádio CBN), Rossana Hessel (repórter especial de Economia do Correio Braziliense), Jaqueline Sampaio (editora de web do Correio Braziliense), Jorge Freitas (repórter de Economia do Correio Braziliense) e Vicente Nunes (editor de Economia do Correio Braziliense) fornecem elementos para verificar as mudanças latentes nas redações e no mundo dos jornalistas, nos últimos anos, frente aos temas racismo, sexismo, igualdade de raça e gênero e direitos humanos.

Por exemplo, quando perguntada sobre o papel da mulher no Jornalismo, a jornalista Eliane Cantanhêde lembrou o aumento da presença das mulheres no jornalismo brasileiro e na conquista de postos de comando nas redações, inclusive citando nomes de mulheres jornalistas em posição de chefia nas redações de Brasília. Todavia, ela fez “uma autocrítica”, conforme suas próprias palavras, de que a presença e a conquista de poder não significou mudança na cobertura dos temas relacionados a gênero pelo menos no trabalho desenvolvido pelas mulheres. A jornalista afirmou: “curiosamente, isso não se reflete numa discussão maior sobre a questão de gênero no Brasil. A minha coluna, é uma coluna de política e eu escrevo muito pouco sobre isso.

Eu estenderia isso, essa autocrítica, às minhas colegas”. Na entrevista gravada em vídeo, Eliane cita a reserva de cotas para mulheres na política como um exemplo de conquista feminina que não se traduziu em aumento de candidatas para a disputa eleitoral nem mesmo num aumento das escolhidas para os cargos eletivos. Conforme a jornalista, não houve uma correspondência direta de “maior interesse da mulher na política, como não da própria mulher jornalista, como eu, na discussão da questão de gênero. É importante a gente registrar, mas eu não tenho uma explicação pra isso”, finaliza.

Os pontos abordados pela jornalista Eliane Cantanhede na entrevista suscitaram novas inquietações à minha visão sobre jornalismo, raça e gênero. Agregam por expor a complexidade que afeta a categoria e a premência de reflexões mais focadas no jornalismo como profissão no que se refere aos profissionais, às relações de trabalho e à relação com a sociedade.

Além da produção de conteúdo em vídeo e organização do Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas como uma das coordenadoras do projeto na ONU Mulheres, participei da criação da campanha da Fenaj voltada à autodeclaração racial e étnica “Jornalista de verdade assume a sua identidade”<sup>7</sup>. O propósito da iniciativa era instalar o debate entre os profissionais da categoria e avaliar as condições de trabalho de jornalistas pretos, pardos, indígenas, amarelos e brancos no Brasil. Ambas as ações fazem parte de cooperação internacional firmada com a ONU Mulheres e a Fenaj, em agosto de 2010, no 34º Congresso Nacional dos Jornalistas. Na ocasião foram criadas, por decisão dos jornalistas, duas instâncias alicerçadas nas temáticas de gênero e raça: Comissão Nacional da Mulher e Comissão Nacional de Igualdade Racial – as duas vinculadas à FENAJ. É importante registrar, ainda, que a discussão acerca da questão racial foi instalada na FENAJ em 2004, quando da apresentação pelos grupos organizados de jornalistas envolvidos com a temática racial e aprovação pelo plenário da tese *Visibilidade às Questões Étnicas nos Meios de Comunicação e no Mercado de Trabalho*<sup>8</sup>, no 31º Congresso Nacional dos Jornalistas. Um dos destaques do texto é o entendimento de que “como questão estrutural da sociedade brasileira, as relações raciais necessitam de atenção dos jornalistas”. Outra questão latente à dimensão de

<sup>7</sup> Entre as peças da campanha, está o filme gravado com funcionários da Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em < <http://www.youtube.com/grejournalistas#p/u/22/QOG8bWKEr0Y>>. Acesso em 22 out 2011.

<sup>8</sup> Documento disponível em: < [http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/xxxi\\_cnj\\_teses\\_mocoos.htm](http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/xxxi_cnj_teses_mocoos.htm)>. Acesso em 22 out 2011.

gênero é o exercício da profissão na idade reprodutiva, em que a maternidade se apresenta como desafio para as mulheres pelo fato de suportarem as agruras dos cuidados familiares e a competitividade na carreira. História emblemática que serve de referência para pensar acerca de tais questões é da jornalista branca Eliane Brum<sup>9</sup> no início de sua carreira jornalística.

“Eu fui mãe aos 15 anos. Dos dois aos seis anos da Maíra, morei longe dela, em Porto Alegre, para fazer a faculdade. Só a via nos finais de semana. Quando me formei, fui buscá-la. Eu era foca, tinha 22 anos e ganhava um salário que era pouco mais do que o mínimo. Foi muito difícil. Vivi momentos duríssimos. Quando falo deste tempo, até hoje é difícil. Era muito desamparo, várias formas de desamparo. Nosso apartamento foi assaltado e eu não tinha dinheiro para me mudar. Passava a noite acordada, com medo de não conseguir proteger a Maíra, com tanto medo que quase não conseguia me mexer. Às 5h30 da manhã acordava minha filha e pegávamos dois ônibus até a escola. Às vezes eu tinha de colocá-la por cima do muro, porque precisava pegar mais três ônibus para ir até o jornal, onde eu começava às 8h. Ela ficava lá, sozinha, com seis anos. Quando ia cobrir alguma coisa mais longe, não conseguia voltar a tempo para pegá-la na escola. Lembro de estar com água pela cintura, numa enchente, ligando de um orelhão para uma lista de amigos, para tentar encontrar alguém que buscasse a Maíra na escola, à noite. Era uma vida complicada. Eu não tinha família em Porto Alegre. Éramos só nós duas. Mas o que eu vivi é o que a maioria das mulheres de periferia vive. Passou, conseguimos e era isso. Como mãe, eu fiz o melhor possível. Não sei se foi o suficiente para a Maíra. Mas a vida é como é. E a gente faz o melhor que consegue”.

As declarações da jornalista são de imensa valia para a reflexão acerca de como foram e são constituídas as trajetórias das mulheres jornalistas, em especial em um momento da sociedade brasileira em que os cuidados recaiam sobre o sexo feminino e de que elas ingressaram em quantidade em determinadas profissões. Ou seja, a feminização do jornalismo brasileiro, atualmente aferida em pesquisas como a

---

<sup>9</sup> Entrevista publicada no portal da Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em <<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=3610>> . Acesso em 23 fev 2013.

UFSC/Fenaj, se deu por meio do sacrifício de mulheres – no ônus da maternidade, posterga e ou recusa total desta – assim como em outras ocupações pela sua condição de gênero.

Diante contexto do jornalismo como profissão na perspectiva de raça e gênero, esta autora propõe analisar elementos que se constituem como desafios para atividade e seu reflexo na sociedade; o entendimento dos profissionais frente aos temas que os colocam na posição de indivíduos e agentes sociais, assim como as iniciativas em curso organizadas pelas entidades representativas e sindicais para envolvimento da categoria com os temas de gênero e raça no sentido de melhoria dos conteúdos jornalísticos e contribuição para a esfera pública (SILVA, 2006).

### Referências Bibliográficas

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: PORTO, Sérgio (org). *O jornal – da forma ao sentido*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, jul.-dez. 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do negro à sociedade de classes*. MEC: INEP: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: Rio de Janeiro, 1964.
- GONZALEZ, Lélia, O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- JORGE, Thaís de Mendonça. *A notícia e os valores-notícia – o papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa*. *UNIrevista*, São Leopoldo, v. 1, n.3, jul, p. 1-14, 2006.
- LEIRIS, Michel. Raça e civilização. In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1960.

- LEITÃO, Miriam. A imprensa e o racismo. In: RAMOS, Silvia (org). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1960.
- LITTLE, Kenneth L. Raça e Sociedade. In: UNESCO. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1960.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- NEVEU, Érick. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4ª reimpr., 5.ed., São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PECHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. 5.ed. São Paulo: Difusora Europeia do Livro/Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo volume II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- WHITE, David. O *gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.
- WINTER, Agnéa Magali. Pesquisa desigualdade de mídia do Rio Grande do Sul: a (in)visibilidade da cor. In: *O negro na mídia - a invisibilidade da cor*. Porto Alegre: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul/Núcleo de Jornalistas Afro-brasileiros. Porto Alegre: Sindjors, 2005.